

## **RECRIANDO A HISTÓRIA: novas possibilidades de estudo a partir de abordagens que privilegiem a história local e regional**

**Fábio Eduardo CRESSONI \***

### **RESUMO**

Este artigo pretende discutir as potencialidades que os estudos históricos orientados pela História Local e Regional têm demonstrado a pesquisadores que atuam nesta área. Assim, quer-se, tomando como exemplo a análise de uma produção neste campo de conhecimento, expor teorias e métodos que possam auxiliar historiadores e graduandos em História que queiram optar por estabelecer pesquisas no campo da História Local e Regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Local. História Regional. Métodos e técnicas de pesquisa em História.

A história não é só fato: é também a emoção, o sentimento e o pensamento dos que viveram - a parte mais difícil de captar dos negócios humanos. (RODRIGUES, 2000, p.18)

Nosso objetivo é discutir, a partir da exposição de um resumo do livro “*Fazenda Montevideo – barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*” (CRESSONI, 2007), as potencialidades que os estudos pautados pela História Local e Regional oferecem aos historiadores e graduandos em História. Nesse sentido, queremos, antes de avançar para este tema, trazer algumas contribuições acerca das concepções que nortearam o desenvolvimento desse trabalho, especialmente no que diz respeito à idéia do que é história, de acordo com nosso entendimento.

Até o século XIX, tínhamos a produção de uma história onde o documento triunfava. O saber legado ao historiador estava dado, pois, ao ato de transcrever e demonstrar, provando documentalmente, a verdade que a fonte documental trazia consigo própria. O documento\*\* é essencial ao historiador, uma vez que ele oferece os elementos básicos para a formulação de hipóteses. Sem ele, seria impossível elaborarmos nossas interpretações sobre qualquer processo histórico, já que não haveria nenhum registro ou vestígio do passado humano. Na verdade, segundo nosso entendimento, não existiria conhecimento histórico. Apesar disso, nenhuma prova documental traduz de maneira completa e definitiva a realidade sobre determinado evento, já que somos nós —pesquisadores—que determinamos a realidade dos acontecimentos que estudamos.

---

\* Licenciado em História pelo UNAR - Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson” - e Mestrando em Educação pela UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba. Contato: fecressoni@unimep.br / fabio.cressoni@ibest.com.br

\*\* Aqui, tomamos a noção de documento oferecida pelo historiador Carlos Bacellar (2005), pela qual documentos oriundos de arquivos públicos e privados, nos seus diferentes formatos (manuscrito, impresso, iconográfico, audiovisual, etc.) constituem fontes documentais que oferecem possibilidades de investigação aos problemas levantados por pesquisadores. Queremos estender essa compreensão, atentando-nos também aos monumentos e à história oral, elementos que se somam às contribuições apontadas por Bacellar, à medida que entendemos que o historiador não só pode, mas deve, imprimir um olhar investigativo, quando necessário, direcionando-o para essas fontes.

A respeito das diversas interpretações que podem ser atribuídas ao documento, além da variabilidade de tipos de fonte documentais como recurso de pesquisa, o historiador Jacques Le Goff traz interessantes contribuições:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. [...] O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. [...]

Com a escola positivista, o documento triunfa [...]. A partir de então, todo historiador que trate de historiografia ou do ofício do historiador recordará que é indispensável o recurso do documento.

[...]

[...] Em princípio, o documento era sobretudo, escrito [...]. Os fundadores da revista *Annales* (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento. [...]

Mas este alargamento do conteúdo do termo **documento** foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira **revolução documental**.

[...]

[...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais [...] continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho e o ensinamento que traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente (1990, p.535-548).

Para Le Goff, a *Escola dos Annales* rompe com o modelo positivista, distanciando-se também da concepção evolucionista de história, presente neste mesmo modelo. Nesse sentido, pensamos que os estudos iniciais elaborados pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch superam tal conceito, defendido no campo das Ciências em geral por Auguste de Comte, e cujas origens nos direcionam ao século XVIII, conforme indicação do historiador Johan Huizinga:

*La idea de la evolución como el gran medio para comprender el mundo tiene raíces mucho más hondas en campo del pensamiento histórico que el mundo de las ciencias naturales. Es una idea que se gestó con la filosofía francesa del siglo XVIII. Voltaire, Turgot, Condorcet fueron los primeros que concibieron los grandes procesos históricos como procesos de transición gradual, de cambio constante, de progreso.* (HUIZINGA, 1992, p.26)

Queremos retomar os apontamentos de Le Goff. Segundo o mesmo, somos nós que fazemos a história, basta observarmos que a escolha de um tema para investigação e desenvolvimento de uma pesquisa, bem como o levantamento e a seleção de fontes documentais, são opções de quem se dispõe a historiar algo. Assim, consideramos a História uma ciência do presente e não do passado; como afirmou Marc Bloch: “Diz-se algumas vezes: ‘A História é a ciência do passado.’ É [no meu modo de ver] falar errado” (2002, p.52).

É necessário insistir nesta questão, pois, por algumas vezes, pensamos ser possível recuperar o passado, apontando corretamente os acontecimentos como esses se deram. Julgamos ser isso

impossível, uma vez que esse passado já não existe; o momento que vivemos é outro. Quando nos portamos dessa maneira diante de nosso objeto de estudo, acabamos por deixar esse mesmo passado dissolver-se, escorrendo entre nossos dedos.

A história que o pesquisador deve querer investigar não se traduz em um passado morto, dado e acabado, mas, sim, em uma experiência nova, pulsante, pela qual esse mesmo “passado que o historiador estuda não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido, está ainda vivo no presente” (CARR, 1982, p.22). Cabe ao pesquisador estabelecer qual seu foco de estudo, seu recorte temporal e espacial para, em seguida, portar-se como “necessariamente um selecionador” (CARR, 1982, p.14), mediante as fontes documentais que lhe interessem.

Reviver ou recuperar o passado, como o mesmo se processou em determinado momento, é, para nós que estamos em conexão com o presente, impossível. Huizinga nos chama a atenção para esse fato, uma vez que “*Vivir el pasado sugiere um proceso psicológico demasiado concreto*” (1992, p.55), o qual se torna impossível entre nós. Devemos, portanto, nos distanciar de concepções de história que sugerem recuperar o passado, representando-o de maneira semelhante àquilo que realmente se viveu em um momento anterior.

Feitos esses apontamentos iniciais, gostaríamos de expor a concepção que está presente em nossa pesquisa no que diz respeito à teoria e à metodologia. Geralmente, ao nos depararmos com uma obra, notamos que logo de início o autor procura sinalizar qual opção deverá nortear o caminho de sua investigação. Assim, evidencia-se se a orientação da pesquisa teve por base o marxismo, a história cultural, a micro-história, o positivismo, etc.

Pensamos que essa definição inicial pode colocar o historiador numa situação negativa, impondo-lhe amarras que tendem a prendê-lo, de maneira ortodoxa, a um só olhar. Essa condição, a nosso ver, pode imprimir restrições ao avanço de uma pesquisa quando o historiador não possui total clareza — e principalmente domínio teórico e metodológico — do direcionamento que ele queira dar ao iniciar uma investigação. Não estamos adotando como posicionamento a idéia de que o pesquisador não deva elencar uma orientação; ao contrário, essa necessidade se faz condição *sine quo non* para a obtenção de resultados positivos em pesquisas na área de História. Queremos apenas insistir na possibilidade de que o historiador atento a seu foco de pesquisa estabeleça hipóteses e oriente-se de acordo com diferentes formas de saber postas para ele, dialogando com todas elas ao mesmo tempo.\*\*\*

Em relação ao desenvolvimento de nosso trabalho, gostaríamos de retomar um ponto mencionado agora há pouco, relativo à definição dos problemas e do estabelecimento de um recorte temporal e espacial. Quisemos historiar a economia cafeeira, a urbanização e a constituição do poder e do mandonismo locais. Temos aqui, então, três focos de estudo levantados. Quanto às questões seguintes, estabelecemos como recorte temporal o período que compreende a formação da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras (1860), estendendo o mesmo para o encerramento da Primeira República. Por último, tomamos por referência a cidade de Araras, localizada, em um instante inicial, em uma zona de expansão cafeeira do Oeste Paulista.

De maneira resumida, queremos justificar essas opções. Ao observar a produção historiográfica que se tem sobre o município de Araras (SP), ao longo do século XX, deparamo-nos com diversos estudos de caráter positivista presentes em livros, almanaques e

---

\*\*\* Estamos adotando os conceitos de “pluralidade metodológica” e “transgressão metodológica” (SANTOS, 1997), pelos quais essa idéia se torna possível, sendo concebida como benéfica para o avanço das ciências.

álbuns. Ao estudar a situação de outros municípios limítrofes de Araras, portanto inseridos na dinâmica do processo produtivo do café, bem como de seus desdobramentos sociais e culturais, atentamo-nos à potencialidade que a investigação desses três temas poderia oferecer ao pesquisador interessado em tratar dos mesmos.

Muitos são os estudos regionais e locais que se preocuparam em investigar a economia cafeeira, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos desse processo. Em nosso trabalho, oferecemos essa visão ao leitor, mas colocamos outras interpretações em jogo: investigamos, por exemplo, as tensões entre trabalhadores e proprietários, em dois diferentes modos de produção — escravismo e trabalho livre. Para nós, do café surge a *urbe* (espaço urbano), na qual também investigamos as tensões entre diferentes grupos, através das relações de poder que estão postas na vila e, mais tarde, na cidade, além de tratarmos de historiar os traços culturais de diferentes grupos envolvidos nesse processo. Junto a tudo isso, temos a constituição de um poder e de um mandonismo locais, acirrada, especialmente no decorrer da Primeira República, por disputas entre duas parentelas. Dessa maneira, constituímos representações de fenômenos típicos do coronelismo, a partir de um exemplo local.

O que pretendemos demonstrar aqui é, basicamente, como esses processos possuem uma relação entre si. Para isso partimos de um ponto comum: a análise de uma unidade de produção de café situada em Araras. Nesse caso, nosso olhar se voltou para a constituição e o desenvolvimento da Fazenda Montevideó para, mais à frente, contemplar também, como apontado anteriormente, o desenvolvimento de outro espaço mais amplo, a cidade em sua formação, colocando os grupos envolvidos nesse processo — cafeicultores, comerciantes, escravos, imigrantes, negros forros, homens livres pobres, desordeiros, prostitutas, capangas eleitorais, etc. — em uma grande teia de relações e significados, uma vez que, segundo o antropólogo Clifford Geertz, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (1989, p.15).

Assim, buscamos, a partir dessa concepção, elaborar uma descrição onde seja possível nos aproximarmos, de acordo com nossas interpretações, o máximo desse viver, reinterpretando esses grupos a partir de rastros selecionados de suas vivências (expressos no formato de documentos), atribuindo, portanto, novos significados para esses mesmos grupos.

Pensamos, então, que nosso trabalho se apóia no método dialético, partindo da aparência em direção à essência dos problemas propostos para, num momento posterior, problematizar e estabelecer um diálogo crítico e interpretativo com as fontes e, principalmente, com as hipóteses que levantamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A aparência dos problemas propostos apresenta-se nos documentos, mas o historiador deve ir além do que está exposto explicitamente nas linhas, vozes e imagens de um predicado.

Estamos defendendo aqui a idéia de que o documento deve ser lido sob diferentes perspectivas, observando quem o produziu, em que circunstância e, fundamentalmente, para quem e por quê. Essas questões são premissas que devem sempre acompanhar o ofício de quem se dispõe a dialogar dialeticamente com seu objeto de pesquisa. Em seguida, após essas reflexões iniciais, outro quadro vai se desenhando para o historiador: a interpretação e a elaboração de novos significados do passado.

Junto à dialética, buscamos nos aproximar de novas fronteiras da história, sem preocupação em nos orientarmos apenas pelos pressupostos de uma ou outra linha investigativa de pesquisa. Essa condição deu-nos liberdade para incorporar elementos do marxismo, da

história cultural e, sobretudo, da micro-história para pensarmos o caminho que desejávamos trilhar.

A respeito da influência marxista em nosso estudo, a mesma pode ser notada a partir das observações econômicas acerca da produção de café em diferentes esferas: nacional, estadual, regional e local. Essa característica se confirma também na análise dos modos de produção e das tensões resultantes que afetam proprietários e trabalhadores, justamente pela existência de tais modelos produtivos.

Com relação à história cultural, vários aspectos da pesquisa seguem essa orientação, em que pudemos constituir as formas de representação simbólica de diferentes grupos, atribuindo significados a suas ações no campo das relações sociais. O viver em sociedade se expressa, para diferentes grupos, justamente através da análise cultural desse processo.

As aproximações com esse viver coletivo entre cafeicultores, escravos e trabalhadores livres se deram por meio da micro-história, peça-chave para o avanço das pesquisas no campo da História Local e Regional. A micro-história, nas palavras do historiador Roger Chartier, quer poder compreender a “tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou da comunidade e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar, e fazer” (1994, p.106), revestindo sentidos em suas práticas e discursos, a partir de uma abordagem do espaço local.

Tivemos como intenção aproximar, ao máximo, nossa narrativa de uma “descrição mais realista do comportamento humano” (LEVI, 1992, p.135). Segundo o historiador Giovanni Levi, essa aproximação, em que tomamos por referência várias histórias individuais de um só local, permite uma percepção da “ação social como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais” (1992, p.135).

Nesse sentido, gostaríamos de complementar nossos apontamentos, partindo dos pressupostos teóricos de Lucien Febvre e de Marc Bloch, pois entendemos que algumas de suas idéias contribuem para uma definição bem mais elaborada acerca da dinâmica que orientou nossa pesquisa.

A concepção de história colocada aqui se expressa através de parte das reflexões propostas por Febvre, em uma de suas conferências na *Ecole Normale Supérieure*, no ano de 1941:

Repito, portanto: não há história econômica e social. Há somente história, em sua unidade. A história que é, por definição, absolutamente social. Em minha opinião a história é o estudo cientificamente elaborado de várias atividades e das diversas criações dos homens de outros tempos, captadas em sua data, no marco de sociedades extremamente diferentes e, no entanto, comparáveis umas às outras (o postulado é da sociologia); atividades e criações com que cobriram a superfície da terra e a sucessão das eras. (*Apud* BRIGNOLI & CARDOSO, 2002, p.348)

Em seguida, Febvre completaria seu raciocínio, definindo o tipo de história que se propunha a fazer:

[...] o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado nos seios dos grupos de que é membro. (*Apud* BRIGNOLI & CARDOSO, 2002, p.349)

A História é, antes de mais nada, o estudo do homem. Nesse sentido, Marc Bloch define o objeto de estudo do historiador partindo da seguinte premissa:

[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis das paisagens, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. (BLOCH, 2002, p.54)

É necessário justificar também o porquê da opção pela História Regional.\*\*\*\* As potencialidades dos estudos nessa área colocam para o pesquisador a possibilidade de estudar um passado muito mais próximo, por vezes encontrando-o “dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (SAMUEL, 1989, p.220). Muitas vezes, através da microanálise, a História Local e Regional pode repensar a identidade dos grupos envolvidos nos estudos, contribuindo, assim, com uma reflexão crítica sobre o papel dos mesmos na sociedade em que atuam.

Nessa perspectiva, também tivemos como intenção confrontar o espaço destinado à historiografia local produzida até então em Araras. Em nosso entender, temas políticos que dão sentido à idéia de unidade territorial e de identidade local precisavam ser repensados; daí nossa disposição em distanciarmo-nos da possibilidade de estudar os chamados “vultos históricos”, em sua concepção linear e, conseqüentemente, evolutiva de progresso, a qual já assinalamos como um erro.

As produções dispostas nessa historiografia apontam para a difusão de uma imagem dos grupos detentores de poder político e econômico, ou seja, constituem-se em uma história produzida pela elite para, logicamente, difundir seus feitos, colocando o estudo do passado como ferramenta ideológica para perpetuação dos atos “heróicos” desse mesmo grupo.

Dessa forma, nosso estudo se dispôs a reinterpretar os significados da elite cafeeira ararense junto a diferentes processos, contrapondo-se às concepções dessa historiografia. Assim, e nesse sentido pensamos ter atingido um dos maiores objetivos desse estudo, pudemos estabelecer novas interpretações de grupos sem voz alguma no município de Araras, fato que distancia nosso trabalho da historiografia mencionada.

Aqueles que possuem interesse nesse campo de investigação devem entender que a “história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria - no estilo ‘eu ufano minha terra’ - mas como a ‘costura’ de um retalho dos processos de identificação” (REZNIK, 2000, p.3) dos sujeitos envolvidos na dinâmica do passado que se queira historiar.

---

\*\*\*\* Aqui estamos empregando o termo “História Regional”, pois entendemos que os processos que nos dispusemos a analisar inserem-se em um contexto mais amplo do que apenas o local. O recorte espacial, como apontamos anteriormente, concentrou-se em Araras, contudo nossas reflexões perante esses mesmos processos buscam trazer novas contribuições no que diz respeito à historiografia que se dedica a estudar diferentes aspectos da formação e do desenvolvimento do Oeste Paulista.

A opção pela História Local e Regional nos permite recriar processos mais amplos, que se inserem na compreensão de uma identidade nacional. Assim, como afirma o historiador Jacques Revel, os estudos locais e regionais não querem se opor à história nacional, mas proporcionar novos sentidos a esta, além de, é claro, repensar o papel da constituição das identidades locais e regionais:

[...] não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, mutilada, de realidades macrossociais: é [...] uma versão diferente. (REVEL, 1998, p.16)

Junto aos documentos escritos, a História Local e Regional pode agregar representações simbólicas de diferentes grupos através de um método também muito eficaz: a História Oral\*\*\*\*. A utilização dessa ferramenta favorece aquilo que o historiador Andreas L. Doeswijk chama de história viva, onde *“cada vez hacen más uso de este recurso de la oralitura para fines de la investigación, de recopilación de historias de vida e memorias colectivas e, inclusive, para la producción de una historia viva”* (2001, p.123).

O contato com as memórias de depoentes permite compreender certos processos a partir de novas possibilidades, as quais, muitas vezes, estão ocultas nos documentos manuscritos e impressos. Porém, todo depoimento é resultado de um recorte estabelecido pelo entrevistado, uma vez que ninguém revela aquilo que não quer. Nesse sentido, deve-se caminhar com cautela por este campo, considerando qual o significado que o depoente deseja atribuir a sua fala.

Queremos insistir nessa idéia para que possamos escapar da ucronia, momento em que o entrevistado atribui representações simbólicas ufânicas às experiências vivenciadas por ele, exaltando o seu viver, e também de terceiros, no passado. Esse fenômeno, muito presente nos *“trabajos con fundamento en la oralidad”* (2001, p.125), constitui discursos cristalizados, pelos quais, de acordo com Doeswijk, geralmente as elites econômicas e intelectuais tendem a situar-se como *“una continuación natural de los héroes del pasado”* (2001, p.125). Pensamos, então, que cabe ao historiador perceber esses fenômenos e, por conseqüência, distanciar-se deles o máximo possível na própria entrevista e, fundamentalmente, na análise posterior a esta.

Finalizando, queremos expor um breve resumo dos três capítulos que compõem o livro *“Fazenda Montevideo – barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista”*, no sentido de poder exemplificar concretamente as potencialidades que a História Local e Regional tem revelado a historiadores e graduandos em História.

Partindo do levantamento e seleção de uma farta documentação local, presente em diferentes arquivos públicos e privados, espalhados pelos municípios de Araras, Limeira e, sobretudo, São Paulo, pudemos acumular as fontes primárias necessárias à pesquisa. Junto a esse

---

\*\*\*\* Não devemos confundir a História Oral com um campo de investigação da História. Ela encaixa-se perfeitamente como método para elaboração de pesquisas, na área da História Local e Regional ou não. Porém, traduzimos nossa preocupação no sentido de que não se pode pensar na História Oral como produção de um conhecimento histórico, mas, sim, como uma ferramenta a mais, que possa nos auxiliar no desenvolvimento de nossas pesquisas, contribuindo, então, para o avanço das mesmas.

material, realizamos uma série de entrevistas com antigos moradores da cidade de Araras, bem como um extenso debate teórico entre diferentes autores.\*\*\*\*\*

Tendo tomado como objetivos para o primeiro capítulo observar as experiências iniciais relacionadas ao plantio de café no Brasil, bem como seu desenvolvimento na região do Oeste Paulista, pudemos demonstrar, a partir do exemplo do município de Araras, a estrutura de funcionamento das fazendas cafeeiras. Tomando por base o caso específico da Fazenda Montevidéo, foi possível avançar nessa discussão, estendendo-a para o entendimento da inserção do Brasil, enquanto fornecedor de produtos primários, no contexto do capitalismo mundial.

Completando esse mesmo capítulo, a análise das diferentes formas de resistência perante a escravidão e as metamorfoses ocorridas nas fazendas de café do oeste, a partir da abolição da escravidão e da inserção do trabalho livre, demonstrou o outro lado de uma mesma história, expondo os diferentes conflitos ocorridos entre proprietários agrícolas e trabalhadores rurais residentes neste município.

Do café surge a *urbe*, composta por diferentes grupos — fazendeiros, escravos, imigrantes, pretos forros e homens livres pobres. Observamos a maneira pela qual a elite de Araras, composta pelos cafeicultores, instalaria um processo modernizador em um pequeno espaço urbano, desde o começo da expansão da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras. Ainda sob os auspícios do período monárquico, a população ararense assistiria à inauguração de uma nova e ampla igreja, que substituíra o velho edifício, demolido em seguida, por ser considerado um símbolo de atraso frente à noção de progresso que orientava essa mesma elite. Outras modificações, marcadas pelas reformas realizadas em Paris pelo Barão de Haussmann, ocorreriam em Araras durante o período republicano, alterando e reimprimindo significados ao espaço urbano.

Quisemos demonstrar, entretanto, que o projeto urbanístico vislumbrado pela elite local teria seu fio condutor interrompido por diversas vezes. O progresso material e cultural almejado no formato da **cidade ideal** seria impossibilitado pelo cotidiano da **cidade real**, onde alguns personagens anônimos da história de Araras, entendidos pelos mais poderosos como desclassificados e, portanto, indesejáveis, se encarregariam de enfrentar os mecanismos de controle oficial dessa *urbe*.

Neste mesmo capítulo, ainda demonstramos como diferentes grupos de imigrantes, além dos italianos, contribuíram para o desenvolvimento da economia urbana local. Nesse sentido, alemães, suíço-alemães e outros grupos receberam atenção especial ao estudarmos a formação das primeiras atividades comerciais citadinas. O mesmo ocorreu com os italianos: o olhar sobre esses imigrantes permitiu a elaboração de novas maneiras de se entender a inserção econômica e cultural desse grupo em Araras.

---

\*\*\*\*\* No município de Araras foram visitadas as seguintes instituições: Arquivo da Biblioteca Municipal, Arquivo da Câmara Municipal, Arquivo da Delegacia de Polícia Central e Arquivo da Fazenda Montevidéo. Na cidade de Limeira selecionamos documentos no Arquivo Público Municipal e no Arquivo da Cúria Diocesana. Por fim, visitamos os seguintes centros de documentação no município de São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo da Assembléia Legislativa Paulista, Memorial do Imigrante, além da utilização de informações colhidas a partir do acervo do Arquivo Virtual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Voltando-nos para a História Oral, realizamos quinze entrevistas; optamos por aproveitar trechos de um terço delas.



No terceiro e último capítulo, investiga-se a origem do mandonismo e a constituição do poder local na cidade de Araras. A instalação da Guarda Nacional e a formação dos primeiros chefes políticos locais, ainda no período imperial, ajudam a compreender como uma única família adquire *status* de poder sobre a vila que se formava no Oeste Paulista.

A República confirma o poder dos Lacerda junto à cidade de Araras, até que, em 1906, essa parentela se divide, dando origem a lutas políticas que se prolongariam muito além do término da República Velha. Dessa maneira, os conflitos entre **besouros** e **gafanhotos** puderam ser desvendados, contribuindo, assim, para o entendimento das disputas políticas ocorridas entre grupos rivais no interior paulista.

Os três capítulos que formulamos proporcionam não somente uma nova visão sobre a história do município de Araras. Interligando três estudos diferentes — economia cafeeira, urbanização e constituição do poder e do mandonismo locais — sinalizamos, a partir de um exemplo específico, como diferentes acontecimentos se entrelaçaram no Oeste Paulista. Os cafeicultores desta cidade receberam uma reinterpretação de sua própria história, enquanto outros personagens puderam, através das tintas do livro, romper um silêncio de mais de 130 anos, ganhando coro nas fazendas, estradas e ruas de Araras.

### **ABSTRACT**

*This article intends to debate the potentialities that historical studies guided by Local and Regional History have demonstrated to researchers that work in this area. Thus, its purpose, taking as an example the analysis of a production in this field of knowledge, is to display theories and methods that can assist historians and History students who want to opt to establish researches in the field of Local and Regional History.*

**KEYWORDS:** *Local History. Regional History. Methods and Techniques of Research in History.*

### **REFERÊNCIAS**

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.p.23-79.

BLOCH, M. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRIGNOLI, H.P. & CARDOSO, C.F. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARR, E.H. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

CRESSONI, F.E. *Fazenda Montevideo: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*. Araras (SP): Topázio, 2007.

DOESWIJK, A.L. Algunas reflexiones sobre la construcción y el uso de las fuentes orales en Historia. *Revista Diálogos*, Maringá (PR), n. 5, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HUIZINGA, J. *El concepto de la historia y otros ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas (SP): Unicamp, 1990.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.p.131-61.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.p.15-38

REZNIK, L. *Qual o lugar da história local?* Projeto “História de São Gonçalo: memória e identidade”. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

RODRIGUES, J.H. *A significação dos capítulos*. In: ABREU, C.de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, Publifolha, 2000.

SAMUEL, R. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, set. 1989.

SANTOS, B.deS. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1997.